

A Reforma do Ensino Médio e as implicações para a Educação de Jovens e Adultos

Caroline Aparecida Santiago Alibosek¹ – UEL
carol_alibosek@hotmail.com.

Silvia Alves dos Santos² - UEL
sillalves@uel.br

1 Introdução

Vivemos em um cenário de intensa flexibilização da educação, a qual não contempla os princípios da pluralidade de concepções pedagógicas e de liberdade de ensino, visto que é mais uma forma de determinação de uma visão neoliberal de educação que diminui o direito à educação para aprovar as novas demandas de precarização e flexibilização do mundo do trabalho. Contudo, a velocidade dessas transformações e o curto espaço de tempo para as contribuições da sociedade confirmam o imediatismo da implementação de novas determinações e descaracterizam a educação básica, instigando desigualdades e restringindo a qualidade educacional.

Neste trabalho³, buscamos fazer algumas reflexões acerca dos desdobramentos da Reforma do Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O histórico de lutas da EJA é marcado por avanços e retrocessos, sempre tratada de maneira secundária pelas políticas públicas, encontrando abrigo somente junto aos movimentos populares e organizadores da sociedade civil.

Compreendemos que o cenário brasileiro está permeado por transformações contidas de avanços e recuos, apresentados por interesses ora mais progressistas e ora conservadores e extremistas. No que concerne ao âmbito educacional, podemos destacar a fragilização e o esvaziamento da qualidade educacional, bem como o fortalecimento da dualidade educacional, ou seja, uma educação pautada para a classe burguesa e para a classe trabalhadora.

¹Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Professora da Educação Básica de Ponta Grossa.

²Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Docente no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

³O presente trabalho é fruto do artigo final realizado na Especialização de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) entre 2021-2023.

2. A Reforma do Ensino Médio e o esfacelamento do currículo da Educação de Jovens e Adultos: breves reflexões

O histórico de lutas da EJA é marcado por avanços e retrocessos, estando sempre tratada de maneira secundária pelas políticas públicas, encontrando abrigo somente junto aos movimentos populares e organizadores da sociedade civil. A EJA é um campo condicionado às possibilidades de transformações reais nas condições de vida do aluno-trabalhador que luta para superar condições sociais precárias de vida. Dessa forma, os alunos da EJA trazem na bagagem concepções político-sociais que devem ser respeitadas e os conteúdos teórico-conceituais de seus currículos considerados e aplicados de forma diferenciada dos que são ofertados aos alunos do ensino regular, matriculados em idade considerada apropriada.

Nesse sentido, entre as políticas de desmonte da educação, destacamos a Reforma do Ensino Médio. Aprovada em 2017 com a finalidade da reformulação ampla no âmbito educacional, corroborando para a transformação na concepção de formação humana integral dos sujeitos, uma vez que está atrelada a flexibilidade do currículo em detrimento da qualidade e equidade educacional.

Entre as mudanças que a Reforma do Ensino Médio desencadeou para a educação brasileira, destacamos as seguintes: 1) As escolas deverão ter a carga horária de três mil horas, destas, 1.800 devem ser destinadas à formação geral, que são os conteúdos obrigatórios para todos os alunos e 1.200 horas são chamadas de "parte flexível", em que os alunos estudarão seus itinerários formativos. 2) As disciplinas passam a ser chamadas de áreas do conhecimento e ficarão divididas em quatro partes: Linguagens, Matemática, Ciências da natureza e Ciências humanas; 3) O ensino passa a ser pautado em itinerários formativos promovendo a formação flexível, onde os alunos podem escolher o que querem se aprofundar.

Observamos que a padronização imposta por essa política curricular corrobora para a formação do trabalhador adaptável, produtivo, competitivo e eficiente conforme as requisições trabalhistas do mercado. De acordo com Freitas (2012, p. 387) esse cenário representa o “[...] controle ideológico do sistema educacional pelas corporações

empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas”.

Partindo desses apontamentos, refletimos: quais os desafios enfrentados pela EJA com a nova Reforma do Ensino Médio? O primeiro apontamento que elencamos é referente à concepção de ambas, visto que a EJA é sustentada na perspectiva popular em que o sujeito deve ser protagonista da sua aprendizagem e que possa participar ativamente do processo democrático na sociedade.

No entanto, na Reforma observamos a intensa vinculação ao mercado, a diminuição de conteúdos que possibilitem a formação integral e o pensamento crítico, além de estar em conformidade com um contexto de precarização, desvalorização docente, carência de estrutura e recursos nas redes de ensino. Comprendemos que o papel da educação e das políticas não é formar pessoas apenas para o mercado de trabalho, ou para alcançar índices internacionais aplicados pelos sistemas de avaliação de larga escala, mas precisam estar focados nos alunos como sujeitos sociais, como indivíduos conscientes de seu papel participativo-transformador na sociedade.

Outro ponto é quanto às mudanças curriculares, as quais são pautadas nos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual é considerada uma política aprovada de forma aligeirada, sem a participação dos profissionais da educação e autocrática. Neste viés, a Reforma do Ensino Médio é guiada pela pedagogia das competências na qual “[...] os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017).

Salientamos que as mudanças implicam na desarticulação do que já foi construído em prol da educação de qualidade, uma vez que a Reforma do Ensino Médio não estabelece alterações que permitam a garantia do direito de acesso e permanência com condições igualitárias e com qualidade para todas e todos na EJA. Ademais, consideramos a representação de um retrocesso referente à instituição de uma base diversificada por meio de itinerários formativos, rompendo com as premissas da educação básica e limitando e restringindo a formação dos jovens e adultos.

Segundo Garcia, Jorge e Silveira (2022) os itinerários formativos conduzem para uma visão reducionista e simplista da educação, visto que não são viáveis para os sujeitos da EJA e “[...] podem significar a ida para outras instituições em horários diferenciados, incompatíveis com suas realidades de trabalho, moradia e deslocamento para estudar” (GARCIA; JORGE; SILVEIRA, 2022, p.20). Quanto aos projetos de vida elencados no documento são considerados distante da realidade dos estudantes da EJA, os quais buscam meios de sobrevivência diariamente.

Considerações finais

A EJA é um campo de incessante flexibilização da educação, o qual não contempla os princípios da pluralidade de concepções pedagógicas e de liberdade de ensino, visto que é mais uma forma de determinação de uma visão neoliberal de educação que diminui o direito à educação para aprovar as novas demandas de precarização e flexibilização do mundo do trabalho. Identificamos que somos desafiados a resistir aos retrocessos e defender as práticas democráticas e uma formação integral para as crianças, jovens e adultos, em uma educação que seja emancipatória e transformadora.

Ressaltamos ainda, sobre a importância do aprofundamento da discussão sobre educação no país, por meio da participação ativa da sociedade civil, especialmente das escolas e das universidades nas vozes dos professores, alunos e pesquisadores, com a finalidade de não desconstruir um caminho conquistado e trilhado historicamente. Por fim, consideramos essencial a importância do diálogo acerca das necessidades reais das escolas e dos estudantes e especialmente a articulação para o enfrentamento das políticas impostas sem um diálogo com o campo da educação pública.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do

magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em:
<http://www.cdn.ueg.br/arquivos/desenvolvimento_curricular_134/conteudoN/2673/Texto_-_REFORM>.

OLIVEIRA GARCIA, S. R.. DE; MARIANO JORGE, C.; DE SILVEIRA, P.. EJA integrada à educação profissional: avanços no PNE - retrocessos na BNCC. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-26, 29 mar. 2022.